A Europa entre Acordos Comerciais e Tensões Globais

Europa entre acuerdos comerciales y tensiones globales

Europe between trade agreements and global tensions

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Resumo. Freire destaca a entrada em vigor provisória, a partir de 1º de maio, do acordo comercial entre Mercosul e União Europeia, juridicamente contestado na Europa. Apenas a parte comercial está ativa, enquanto capítulos políticos dependem de aprovação do Tribunal Europeu. O impacto imediato para a Fiocruz, que goza de imunidade tributária por ser uma autarquia federal, é limitado. No cenário internacional, a guerra envolvendo Estados Unidos, Israel e Irã, segue pressionando cadeias globais de energia e alimentos, elevando a inflação e afetando especialmente a Europa. Enquanto países europeus evitam envolvimento direto e condenam os contra-ataques do atacado, a Espanha, por intermédio de seu primeiro-ministro Pedro Sánchez critica duramente o conflito e defende uma política externa mais independente. Freire também aborda a recente aprovação, pelo Parlamento Europeu, do endurecimento das políticas migratórias e de um acordo comercial desigual com os EUA, que aumenta a dependência energética europeia. Paralelamente, a crise do petróleo leva a Agência Internacional de Energia a recomendar redução do consumo, apelando aos cidadãos, e não aos governos, para medidas associadas à transição energética. Por fim, as eleições municipais na França evidenciam a crescente polarização no panorama político europeu, com avanço tanto da esquerda quanto da extrema-direita, antecipando disputas intensas nas eleições presidenciais de 2027.

Palavras-chave: União Europeia; Acordo EU-Mercosul; guerra no Golfo; crise energética; política migratória europeia; eleições municipais na França.

***Resumen**. Freire destaca la entrada en vigor provisional, a partir del 1 de mayo, del acuerdo comercial entre Mercosur y la Unión Europea, jurídicamente impugnado en Europa. Solamente la parte comercial está activa, mientras que los capítulos políticos dependen de la aprobación del Tribunal Europeo. El impacto inmediato para Fiocruz, que goza de inmunidad tributaria por ser una entidad pública federal, es limitado. En el escenario internacional, la guerra que involucra a Estados Unidos, Israel e Irán sigue presionando las cadenas globales de energía y alimentos, elevando la inflación y afectando especialmente a Europa. Mientras los países europeos evitan una implicación directa y condenan los contraataques del país atacado, España, a través de su presidente del Gobierno, Pedro Sánchez, critica duramente el conflicto y defiende una política exterior más independiente. Freire también aborda la reciente aprobación, por parte del Parlamento Europeo, del endurecimiento de las políticas migratorias y de un acuerdo comercial desigual con Estados Unidos, que incrementa la dependencia energética europea. Paralelamente, la crisis del petróleo lleva a la Agencia Internacional de la Energía a recomendar una reducción del consumo, apelando a los ciudadanos —y no a los gobiernos— para adoptar medidas asociadas a la transición energética. Por último, las elecciones municipales en Francia evidencian la creciente polarización del panorama político europeo, con el avance tanto de la izquierda como de la extrema derecha, anticipando disputas intensas en las elecciones presidenciales de 2027.*

Palabras clave: *Unión Europea; Acuerdo UE-Mercosur; guerra del Golfo; crisis energética; política migratoria europea; elecciones municipales en Francia.*

Abstract: *Freire highlights the provisional entry into force, as of May 1, of the trade agreement between Mercosur and the European Union, which has been legally challenged in Europe. Only the commercial component is currently in effect, while the political chapters depend on approval by the European Court. The immediate impact on Fiocruz— which enjoys tax immunity as a federal public institution— is limited. On the international stage, the war involving the United States, Israel, and Iran continues to strain global energy and food supply chains, driving inflation and particularly affecting Europe. While European countries avoid direct involvement and condemn the counterattacks of the attacked party, Spain, through its Prime Minister Pedro Sánchez, strongly criticizes the conflict and advocates for a more independent foreign policy. Freire also addresses the recent approval by the European Parliament of stricter migration policies and an unequal trade agreement with the United States, which increases Europe's energy dependence. At the same time, the oil crisis has led the International Energy Agency to recommend reducing consumption, appealing to citizens—rather than governments—to adopt measures associated with the energy transition. Finally, the municipal elections in France highlight growing political polarization in Europe, with gains by both the left and the far right, foreshadowing intense disputes in the 2027 presidential elections.*

Keywords: *European Union; EU-Mercosur Agreement; Gulf War; energy crisis; European migration policy; municipal elections in France.*

O grande marco da recente quinzena foi a internalização e ratificação, pelo Brasil, do Acordo EU-Mercosul. A internalização é o processo pelo qual o país integra o acordo ao seu ordenamento jurídico. No caso do Brasil, esse movimento se dá com a publicação de um decreto federal, após a aprovação do texto nas casas legislativas. A ratificação se dá quando o país formaliza aos parceiros a consecução dos procedimentos. No caso do Mercosul, falta o Paraguai. Com isso, o Acordo comercial entre provisoriamente em vigor para os países que o ratificaram – Brasil, Argentina e Uruguai –, a partir de 1º de maio. Como os leitores assíduos deste informe já sabem, o caráter de vigência provisória se dá pelo fato de o Acordo ter sido juridicamente questionado por eurodeputados após ser assinado. A aprovação no Parlamento Europeu não foi unanime, tendo o Acordo sido recusado por França, Polônia, Áustria, Irlanda e Hungria. Contudo, foram eurodeputados de distintas nacionalidades que endossaram os questionamentos, acerca de proteção ambiental e agrícola. Os capítulos de cunho mais político, como o de propriedade intelectual e compras governamentais, apenas serão implementados caso o texto do Acordo seja aprovado pelo Tribunal Europeu que analisa a compatibilidade dos textos negociados ao arcabouço jurídico da UE.

Diferentemente do que acontece no Mercosul, o Acordo provisório já valerá para todos os países membros da União Europeia. Isso se dá pelo fato se serem projetos de integração com propósitos diferentes. O Mercosul se pretende uma União Aduaneira, ainda em estágio de imperfeição, por não se chegar a uma Tarifa Externa Comum (TEC), praticada por todos os membros. A TEC do Mercosul tem uma extensa lista de exceções que faz com que um mesmo produto, importado de um mesmo país, tenha alíquota de importação diferente entre países membros do Mercosul. A ambição integracionista do bloco termina aí. Já a União Europeia é o único bloco comercial do mundo que chegou ao último estágio de integração, adotando moeda e banco central únicos, harmonizado legislações e criando um parlamento único. Assim, a partir

do momento em que o Acordo foi assinado pela Comissão Europeia – braço executivo do bloco –, todos os países são obrigados a cumprir.

Tendo em vista que apenas o Acordo comercial entrou em vigor, não vejo como a Fiocruz poderia se beneficiar neste primeiro momento. Na condição de autarquia federal, a Fiocruz é dotada de imunidade tributária, ou seja, sobre nossas transações, não incidem tributos. Assim, as importações de equipamentos, vacinas e insumos feitas pela Fiocruz, suas instâncias e unidades, não são tributáveis. Impactos diretos do Acordo UE Mercosul para a instituição, virão se e quando o restante do Acordo for aprovado pelo jurídico da União Europeia.

A guerra no Golfo segue pressionando as cadeias globais energética e alimentar. Não são apenas carregamentos de petróleo e gás que estão impedidos de cruzar o Estreito de Ormuz bloqueado pelo Irã: fertilizantes também não estão passando. Este cenário aumento a pressão inflacionária globalmente, como apontado no último informe. Os países europeus seguem se recusando a aderir a guerra e condenando o Irã pelos ataques, à exceção da Espanha. A propósito, um inédito míssil de longo alcance lançando pelo Irã, foi interceptado a 4 mil milhas de distância, demonstrando que sim, a Europa também pode ser um alvo iraniano, caso ingresse na guerra.

Quanto à Espanha, cabe destacar sua voz dissonante dos demais países da UE. Em discurso histórico, o primeiro-ministro Pedro Sanchez, criticou a ofensiva de EUA e Israel contra o Irã, classificando a guerra como “ilegal, absurda e cruel” e “um desastre total”. Sanchez alertou sobre o potencial de impacto vasto e profundo da guerra: “Conseguiram pôr em causa a legalidade internacional, desestabilizar o Oriente Médio, reacender os conflitos no Iraque e no Líbano, enterrar Gaza sob os escombros do esquecimento e da indiferença, encorajar os programas nucleares do Paquistão e da Coreia do Norte, trazer insegurança aos países do Golfo, dar a Putin mais de 8,8 bilhões de euros para financiar a sua guerra, dar a outros países uma oportunidade de se tornarem mais e mais fortes. Oito bilhões de euros para financiar a guerra, agravar as dificuldades energéticas e, no Irã, trocar um Khamenei por um Khamenei ainda pior, porque Mojtaba é tão ditatorial e ainda mais sanguinário do que o seu pai. Em suma: trata-se de um desastre total”. Para Sanchez, “esta guerra é um erro imenso, cujos custos não aceitamos, nem estamos dispostos a pagar.” Na mesma linha, sublinhou que “ser aliado não significa seguir cegamente” e enviou uma mensagem forte sobre o papel da Espanha: “A Espanha não será cúmplice de agressões ilegais ou de mentiras.

Na ocasião, Sanchez defendeu uma posição mais autônoma da Espanha na cena internacional. “A Espanha que se sentava tranquilamente no banco de trás já não existe. Agora temos uma voz e um voto e vamos utilizá-los em benefício do interesse geral da Espanha e da humanidade”, afirmou. De fato, há algum tempo a Espanha se posiciona de maneira firme e original no tabuleiro da geopolítica global pós-Trump. O país já havia negado o uso de bases militares na operação de bombardeio dos EUA ao Irã; recusou-se a elevar os gastos militares como demandado por Trump no âmbito da Otan; se posicionou no caso da Venezuela, destacando as violações ao direito internacional praticadas, ainda que não reconhecesse o regime de Maduro; ignorou as ameaças de Trump de punir que prestasse auxílio à Cuba e enviou alimentos e remédios para a ilha por meio da agência humanitária da ONU; se posicionou favoravelmente às migrações, ressaltando a importância da mão de obra estrangeira em países cujas populações estão envelhecendo e regularizando a situação de 500 mil ilegais que residem num país; e, finalmente, rechaça firmemente à cobiça de Trump sobre o Groenlândia, em contraposição à apatia europeia: “se focarmos na Groenlândia, tenho de dizer que uma invasão dos EUA a esse território faria de Vladimir Putin o homem mais feliz do mundo. Por quê? Porque

legitimaria sua tentativa de invasão da Ucrânia", ironizou Sánchez em entrevista. Com tudo isto, é possível afirmar que hoje, a Espanha está firme e é uma das mais importantes resistências contra Trump.

Como consequência pelo inequívoco posicionamento da Espanha, ao menos 4 navios de bandeira espanhola foram autorizados a atravessar o Estreito de Ormuz, à exemplo de embarcações chinesas e indianas que também receberam autorização.

O Irã está dando as cartas:

> *Países que não têm relação com este ato de agressão podem atravessar o Estreito de Ormuz após a devida coordenação com as autoridades iranianas, para garantir que a passagem seja realizada de forma segura e protegida.*
>
> **Porta-voz do Ministério das Relações Exteriores do Irã, Esmail Baghaei**

A Europa tem muito a se preocupar com a guerra dos EUA e Israel contra o Irã. Ao invés de atacar o país atacado por sua reação, deveria exercer seu parco poder diplomático para dissuadir as potências que deflagaram o ataque "injustificado", para usar um adjetivo que gostam de utilizar para se referir à guerra na Ucrânia. Afinal, a Europa é que recebe a maior pressão energética, por já enfrentar uma grave crise e se altamente dependente de energia. Além dessa vulnerabilidade, o envolvimento dos EUA nesta guerra, drenam recursos bélicos da guerra da Ucrânia, que já não são mais doados, e sim comprados dos EUA pelos europeus. Quem se beneficia desta situação é a Rússia de Vladimir Putin, que vê seus cofres se reabastecendo com a suspensão das sanções estadunidenses ao petróleo russo e o fornecimento de armas, equipamentos, inteligência e munições para a Ucrânia sendo divididos com a guerra no Irã.

A Agência Internacional de Energia (AIE), que já autorizou o uso de reservas estratégicas, trata esta como a maior interrupção na história do mercado global de petróleo, com a perda de milhares de barris por dia. Curiosamente, ao invés de apelar para o fim da guerra, transfere a responsabilidade para o cidadão e passa a recomendar economia de energia. A AIE está recomendando que as pessoas reduzam a demanda por petróleo trabalhando mais em casa, voando menos e dirigindo mais devagar, além de pegar carona e trocar os fogões a gás por elétricos. A entidade defende que os governos atuem com incentivos, regulações e ações diretas no setor público. Tais recomendações não são novas, mas feitas há tempos por especialistas como medidas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e, assim, frear as mudanças climáticas. Os governos ignoram, mas com as finanças públicas ameaçadas, a circunstância pode se tornar propícia para a aceleração da transição energética.

No âmbito interno da UE, o destaque da quinzena foi a lamentável aprovação de adoção de medidas e táticas similares ao Ice dos EUA por bancadas conservadoras do Parlamento Europeu, reforçando detenções e deportações de imigrantes na Europa. A proposta aprovada foi submetida pelo Conselho Europeu, e passa a permitir a deportação de crianças e deportações forçadas para terceiros países. Críticos sinalizam que o projeto importa as táticas utilizadas pelo Ice, força armada que Trump utiliza para deter pessoas com buscas domiciliares e medidas de investigação. Os acordos com os terceiros países, que recebem os deportados da UE, passarão a incluir uma "cláusula de readmissão", sob a qual acordos comerciais e ajuda ao desenvolvimento para estes países, ficam condicionadas à sua aceitação dos deportados. A

proposta também prevê “cooperação com entidades não-reconhecidas de terceiros países”, o que vem gerando temor de colaboração com grupos como o talibã. Países-membros da UE passam a poder deportar mesmo que espera pela renovação de seu visto de residente e poderá compartilhar informações sensíveis, como registro criminal, com países que não cumprem com as mesmas regras de proteção de dados existentes na EU.

Outra aprovação que se deu no mesmo dia, foi a do Acordo comercial com os EUA, que ameaçam embargar comercialmente a Espanha por não autorizar o uso de bases militares estadunidenses localizadas em território espanhol para apoiar a guerra contra o Irã. O humilhante Acordo prevê tarifas de 15% para as exportações europeias e de 0% para as dos EUA, condicionando a Europa a comprar 1 bilhão de dólares em petróleo, gás e material militar produzido nos EUA. Este Acordo suicida, pode garantir equipamentos militares para defender a Ucrânia, mas por outro lado, consagra e submete a Europa à uma nova dependência energética, dessa vez dos EUA. Resta saber se os eurodeputados também vão questioná-los juridicamente por ocasião de sua assinatura, como fizeram com o Acordo UE-Mercosul.

Cabe destacar ainda a polaridade do resultado nas eleições municipais na França. A esquerda se manteve no poder em Paris e Marselha, em eleições disputadas, que também viram a extrema-direita e a esquerda radical se imporem em cidades médias, a um ano da eleição presidencial de 2027. O partido de direita nacionalista Reagrupamento Nacional (RN) obteve resultados expressivos, aumentando seu capital político para o pleito presidencial de 2027. A apuração permite medir o peso dos partidos antes da eleição presidencial de 2027, para a qual o presidente de centro-direita Emmanuel Macron já não pode se candidatar.

Considerações Finais

A Europa é quem vem sofrendo o maior impacto indireto do ataque dos EUA e Israel sobre o Irã, que deflagrou a nova guerra do Golfo. O aumento dos preços do gás e do petróleo acentuam a crise energética que já estava em curso e quem paga a conta é o cidadão. Como se não bastasse receber essa fatura, este mesmo cidadão é instado pela Agência Internacional de Energia, que tem por membros as maiores economias do mundo, a pagar novamente, com mudanças de hábito que possam, de maneira mais do que oportuna, acelerar a transição energética. A autonomia estratégica europeia, fica cada vez mais distante de se concretizar, quando adicionamos a este cenário, o Acordo comercial com os EUA, que a condicionam a comprar um bilhão de dólares de petróleo, gás e suprimentos militares.

O crescimento das forças de extrema-direita no seio da União Europeia, gera frutos como o endurecimento da política migratória, que passa a permitir invasões de residência, deportação de famílias com crianças e de residentes em processo de renovação de visto. Terceiros países, são “incentivados” a receber os deportados, por chantagens comerciais e condicionantes para ajuda ao desenvolvimento. A Europa sob Trump, prova do próprio veneno.